



## Políticas de morte e Precarização da vida: Relato de mães sobre os homicídios juvenis em Fortaleza (CE)

<sup>1</sup>JÉSSICA SILVA RODRIGUES

<sup>2</sup>JOÃO PAULO PEREIRA BARROS

### Resumo

Este trabalho visa discutir, a partir das narrativas de mães de jovens assassinados nas periferias de Fortaleza, as linhas de força que engendram a produção de determinadas vidas como matáveis. As discussões aqui apresentadas são oriundas de uma pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), que se intitula 'Testemunhas da necropolítica: implicações Psicossociais dos Homicídios de Jovens no cotidiano de suas mães'. Trata-se de uma pesquisa intervenção desenvolvida à luz do método cartográfico que teve como participantes mães de jovens assassinados nas periferias de Fortaleza. Nos últimos anos, como uma das manifestações da colonialidade e do seu ódio à diferença, tem-se assistido a um panorama de intensificação das mortes de segmentos infantojuvenis em diversos contextos brasileiros, dentre os quais se destacam o estado do Ceará e sua capital, Fortaleza. Atendendo à proposta do eixo 'Necropolítica, Estado e neoliberalismo: populações, territórios e modos de vida vulneráveis', o trabalho problematiza o supracitado cenário de intensificação das mortes juvenis nas periferias, evidenciando as interseções entre necropolítica e as formas de precarização da vida - características dos modos de vida capitalísticos - em determinados territórios produzidos como zonas de morte. Toma-se como operadores conceituais as noções de necropolítica e política de inimidade, desenvolvidas por Achille Mbembe, e de vidas precárias e não passíveis de luto, discutidas por Judith Butler, destacando conexões e deslocamentos dessas noções em relação às ideias de Michel Foucault sobre disciplina e biopolítica. A partir das narrativas dessas mulheres, apresentamos um dos eixos analisadores da referida dissertação: Margens urbanas como zonas de morte. A partir desse analisador, pode-se perceber de que modo questões como questões como raça e classe, por exemplo, se articulam na produção das mortes juvenis.

Palavras-chave: Necropolítica; Homicídio; Jovens; Mães.

### 1. Introdução

Neste trabalho, objetivamos problematizar o cenário de intensificação das mortes juvenis nas periferias, evidenciando as interseções entre necropolítica e as formas de precarização da vida - características dos modos de vida capitalísticos - em determinados territórios produzidos como zonas

---

1 Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Email: jsrodriguespsi@gmail.com

2 Professor Doutor, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Email: joaopaulobarros07@gmail.com.

de morte. Para tanto, partimos das narrativas produzidas por mães de jovens assassinados, mapeando, a partir de seus relatos, linhas de forças que engendram condições para o crescimento dos homicídios juvenis no contexto cearense.

Nos últimos anos, como uma das manifestações da colonialidade e do seu ódio à diferença, tem-se assistido a um panorama de intensificação das mortes de segmentos infantojuvenis em diversos contextos brasileiros, dentre os quais se destacam o estado do Ceará e sua capital, Fortaleza. Considerando-se o período de 2007 a 2017, Cerqueira et al. (2019) destacam que, a variação da taxa de homicídio foi de 159,7% no Ceará, Estado que apresentou maior taxa de homicídios em 2017. Segundo a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS), entre 2015 e 2017, ocorreram 2.453 crimes violentos letais e intencionais contra adolescentes no estado, dos quais 1.018 ocorreram na capital.

Ainda de acordo com a SSPDS, 42% dos homicídios, no estado, concentram-se em Fortaleza. Considerando-se os homicídios por arma de fogo, Fortaleza que ocupava em 2004 o 9º lugar dentre as capitais brasileiras, destacou-se em 1º lugar em 2014 (WAISELFISZ, 2016). Em 2016, 655 adolescentes entre 10 e 19 anos foram assassinados no Ceará, destas mortes, 217 ocorreram em Fortaleza. Já em 2017, 981 adolescentes foram assassinados no estado, dos quais, 414 concentraram-se na capital. Ainda de acordo com a SSPDS, de janeiro a dezembro de 2018 foram registrados 4460 crimes violentos letais intencionais. Soma-se a esse cenário o aumento de chacinas ocorridas no estado. Em 2018, houve pelo menos quatro chacinas de maior repercussão em diferentes localidades: Maranguape, Cajazeiras, Itapajé, que aconteceu na cadeia, e Benfica (sendo este último um bairro da cidade de Fortaleza; os outros são municípios do Ceará), que vitimaram, respectivamente, 4, 14, 10 e 7 pessoas.

Segundo os dados apresentados pelo Comitê Cearense de Prevenção ao Homicídio de Jovens, um terço dos assassinatos de adolescentes ocorreu numa área que corresponde a 4% da capital, onde vivem 13% da população, mostrando a intensa concentração territorial desses homicídios. Os jovens entre 15 e 29 anos do sexo masculino apresentam risco 13,52 maior de serem assassinados. Entre os anos de 2007 e 2017, a taxa de homicídio de negros cresceu 33,1 % enquanto que a taxa de homicídios de não negros cresceu 3,3%. Em 2017, 75,5% das vítimas assassinadas eram negros (Cerqueira et al, 2019). Esses índices indicam a contundência do racismo estrutural em nossa sociedade e sua relação com a vitimização por homicídio (ALMEIDA, 2018). Além de demonstrarem o panorama de intensificação dos assassinatos juvenis, os dados sugerem que a análise de tal fenômeno demanda atentarmos para a participação de questões históricas como racismo,

segregação social e urbana, bem como a associação entre periculosidade e pobreza nessa complexa engrenagem genocida.

Foi nesse panorama que se deram as mortes dos filhos das oito mulheres participantes deste estudo. De modo geral, as mortes dos jovens desse estudo foram marcadas pela ausência de responsabilização. Dos 8 filhos assassinados, só houve investigação acerca de uma das mortes. Apesar disso, o caso ainda não foi julgado e conseqüentemente não houve responsabilização legal dos autores da chacina em que o jovem foi vitimado, os quais, segundo investigações, seriam policiais. Nas palavras de uma das mães acompanhadas em campo, apesar de, em janeiro de 2019, ter completado 5 anos de morte de sua filha, ela tem vivido esses anos para “ver nada acontecer”, o que é um elemento que ilustra como esses corpos são construídos como matáveis.

Abordaremos aqui, a partir das narrativas das mães, as perspectivas dessas mulheres acerca da problemática de intensificação das mortes juvenis, traçando as condições e tramas em que esses homicídios têm se dado. Para tanto, tomaremos como operadores conceituais as noções de necropolítica e política de inimizade, desenvolvidas por Achille Mbembe, e de vidas precárias e não passíveis de luto, discutidas por Judith Butler, destacando conexões e deslocamentos dessas noções tanto em relação às ideias de Michel Foucault sobre disciplina e biopolítica. Tais ferramentas teóricas, assim como diálogos com a Psicologia Social e áreas afins no tocante ao debate sobre violência, serão utilizadas ao longo das discussões à medida que nos auxiliem a pensar as articulações das forças que constituem o cenário necropolítico, de produção da morte em contextos da periferia do capitalismo, como o Brasil. Considerando-se o contexto contemporâneo de intensificação da violência, que tem suas raízes no desejo de aniquilamento do Outro (ARENDETT, 1970), as referidas noções se fazem profícuas para analisarmos questões como a criminalização e o genocídio de jovens pobres e negros no Brasil.

Vale-se destacar que este estudo é um recorte de uma dissertação intitulada “Testemunhas da necropolítica: implicações Psicossociais dos Homicídios de Jovens no cotidiano de suas mães”, defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2019. Apresentaremos, aqui, discussões oriundas de um dos eixos analisadores traçados, que se intitula “Margens urbanas como zonas de morte”. A partir desse analisador, pode-se perceber de que modo questões como questões como raça e classe, por exemplo, se articulam na produção das mortes juvenis.

## 2. Percurso Metodológico

O estudo realizado é de natureza qualitativa alinhada à pesquisa-inter(in)venção. Utilizamos o termo inter(in)venção, à semelhança de Menezes, Colaço e Adrião (2018), para ressaltar que os caminhos da pesquisa são traçados ao caminhar, de forma que seu compromisso é com a produção de novos possíveis e não com a representação do mundo. A pesquisa-inter(in)venção se deu a partir do que autores do campo da psicologia social como Passos, Kastrup e Escóssia (2015) apontam como ethos da cartografia e da política de pesquisa que Moraes (2014) chama de PesquisarCom. Pode-se compreender a cartografia como um método (porém como *hodus-metá*, isto é, num sentido inverso aos métodos tradicionais, a fim de que o caminho seja construído no próprio caminhar da pesquisa) ou um ethos de pesquisa-intervenção (PASSOS & BARROS, 2015). Ou seja, um modo de fazer pesquisa-intervenção que tem por base uma compreensão de metodologia que subverte a dos modelos tradicionais, uma vez que as metas e objetivos da pesquisa não precedem o ato de pesquisar, mas se dão no processo de realização desta; sendo assim, o saber é produzido a partir do fazer. Cartografar é, portanto, um acompanhamento de processos de produção de subjetividades e não a representação de objetos. De acordo com uma das pistas do método cartográfico apresentados por Passos, Kastrup e Escóssia (2015), cartografar é habitar um território existencial, o que significa que *“conhecer não é tão somente representar o objeto ou processar informações acerca de um mundo supostamente já constituído, mas pressupõe implicar-se com o mundo, comprometer-se com a sua produção”* (: 131). Nesse sentido, habitar não se relaciona à residir no mesmo ambiente mas sim à inserção, não apenas no território físico (em sua dimensão espacial), mas de entrar em contato com as vivências dos sujeitos que compõem a realidade estudada. Desse modo, o presente estudo requereu uma atenção à *espreita* (KASTRUP, 2008) no que concerne à abertura aos devires do campo, na construção coletiva dos processos junto às mulheres acompanhadas. Esse modo de estar em campo demandou a reafirmação do compromisso ético-político com os processos de emancipação das mães participantes, contribuindo para visibilização de seus sofrimentos.

O acompanhamento dos processos de subjetivação possibilitado por esta política de pesquisa, propõe-se mapear o plano coletivo de forças em que são dadas as mortes juvenis e o sofrimento das mães em decorrência destas. Essa análise consiste em mais uma pista do método da cartografia e *“revela a gênese constante das formas empíricas, ou seja, o processo de produção dos objetos do mundo, entre eles, os efeitos de subjetivação”* (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015: 92) ou seja, refere-se ao conjunto de vetores que se conectam de modo a produzir a realidade estudada. A cartografia, aqui, não mantém um compromisso com produções de verdades, mas sim com o

mapeamento dos vetores que compõe o cenário atual de intensificação das mortes e (in)visibilidade daqueles que sobrevivem à violência letal.

O estudo foi realizado no bairro Grande Bom Jardim, em Fortaleza (CE). A escolha por esta região se destaca pelos altos índices de mortalidade juvenil no ano de 2017. Foram realizadas entrevistas cartográficas com 8 mulheres que perderam seus filhos na dinâmica de violência letal de Fortaleza. Além disso, utilizou-se de registros em diário de campo das processualidades acompanhadas no Fórum Cearense de Segurança Pública (FPSP/CE), por meio do qual foi possível acessar algumas mães que estavam inseridas em coletivos políticos por memória e justiça pelas mortes de seus filhos. Vale-se ressaltar que a entrevista cartográfica afirma-se como uma estratégia potente de intervenção à medida que preconiza a experiência do dizer, possibilitando deslocamentos e novas produções. A entrevista propõe-se, na perspectiva cartográfica (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2016), a ouvir a polifonia de vozes, entendendo que as múltiplas vozes que ecoam e constituem os discursos das mães escutadas, compreendendo que as suas falas acerca dos homicídios, o cotidiano de violência e os sofrimentos pertinentes às vivências desse cotidiano são transversalizados por questões de ordem macro e micropolíticas. Algumas temáticas foram previamente orientadas a partir da proposta de pesquisa, o que não impossibilitou a emergência de outras no momento das entrevistas. Para garantir o sigilo das participantes, nos referiremos a estas por números (ex. Participante 1). Foi realizada análise cartográfica dos processos acompanhados, a partir na construção de analisadores, que nortearão as discussões aqui propostas. No que se refere aos aspectos éticos, esta pesquisa-intervenção está de acordo com a Resolução nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, com o parecer de número 89196718.7.0000.5054.

### **3. Margens Urbanas como Zonas de Morte**

Para as mulheres entrevistadas, as mortes juvenis estão intrinsecamente relacionadas ao preconceito e estigmatização direcionados aos corpos que vivem nas periferias urbanas, conforme aponta a participante 1:

As mortes que hoje acontece no nosso Brasil, no nosso Ceará, é só pelo genocídio de Estado, é só pelo preconceito, é só pelo racismo, certo? Porque a favela é os matáveis, a favela é os digno de morte, a favela são os alma sebossa (Participante 1).

De modo semelhante, a participante 2 aponta os estigmas sociais que recaem sobre as pessoas que vivem nas periferias, fomentados pelos processos de desigualdade social, em que aos pobres e negros são reservadas violência e truculência. Algumas mães, apresentam críticas aos processos de criminalização das juventudes pobres e negras e às desigualdades sociais que levam à marginalização

de determinadas vidas. Em suas falas, essas mulheres apresentam posicionamentos firmes, os quais também se fazem presentes em seus discursos em espaços públicos como as marchas da periferia acompanhadas em 2017 e 2018 e mesas redondas das quais participaram, em que denunciam a violência de Estado mediante a exacerbação de uma lógica punitiva que tem assassinado não só os corpos de seus filhos, mas de tantos outros jovens que partilham de condições de precariedade semelhantes. A produção de vidas matáveis que permeia o cotidiano das mães e jovens, expressa em suas narrativas, nos remete ao debate foucaultiano sobre racismo de estado e aos seus desdobramentos em reflexões como as de Mbembe, que desenvolve o conceito de necropolítica.

Foucault aponta para o surgimento de uma outra tecnologia de poder na segunda metade do século XVIII, que seria o poder que incide sobre a vida do corpo espécie, em seus modos de viver, atuando não mais sobre os corpos individuais, mas sim sobre um coletivo: a população. O biopoder é, portanto, voltado para regulamentação da vida ou, em outras palavras, para o ‘como’ se vive. Trata-se de não mais fazer morrer diretamente, como no poder soberano, mas sim de “deixar morrer” ou prolongar-se a vida. Posto isto, o conceito de racismo de Estado é colocado pelo filósofo como o modo pelo qual a morte se torna possível no Estado Moderno, no seio da própria biopolítica, que se caracteriza pela preocupação eminente com a gestão da vida e regulamentação dos modos de viver, com vistas ao seu prolongamento e à sua produtividade. O racismo teria a função de segregar a população em grupos distintos: de um lado, os que “devem viver” e, de outro, os que “devem morrer”.

Pode-se observar que a premissa da relação guerreira se atualiza de modo que, para que o grupo dos que “devem viver” sobreviva, faz-se necessário que o grupo dos que “devem morrer” seja eliminado. A atualização se dá à medida que essa relação passa a não ser apenas de cunho de força (sobrevivência do mais forte ou mais fraco) mas sim de risco biológico, ou seja, determinado grupo social deve ser exterminado a fim de garantir a *sobrevivência de uma espécie*, tida como superior ou “normal”. O racismo, assim, volta-se aos que estão fora da norma, que podem ser caracterizados como *desviantes*, *anormais* e, portanto, *perigosos*. Portanto, esse mecanismo, além de atuar como modo de dividir a população entre os grupos que devem viver e aqueles que devem morrer, atua na aceitabilidade dessas mortes que podem se dar por ação direta (assassinato direto) ou indireta (deixar morrer mediante a inviabilização da vida).

Essa noção foucaultiana, tem sido utilizada por autores da psicologia social (SCISLEKI *et al.*, 2017; BARROS *et al.*, 2018) para analisar os diversos dispositivos de controle e punição destinados ao segmento juvenil mais pauperizado, atuando na produção de “vidas matáveis”, o que supõe a criação de mecanismos que legitimem essas mortes, algo que é vivido pelas mães, constituindo suas

narrativas acerca das mortes de seus filhos. Em pesquisa com as juventudes periféricas de Fortaleza, Barros e Benício (2017), ao problematizarem sobre os modos de subjetivação juvenis em contextos de exacerbação da violência letal, apontam os imbricamentos entre os processos de sujeição criminal, que associa esses jovens às ideias de risco e periculosidade, e a produção destes como jovens matáveis. Essas questões também foram expressas por algumas das mulheres em nosso estudo à medida em que estas traziam uma leitura do panorama de intensificação dos homicídios juvenis. Para a participante 2, a morte do seu filho se relaciona às desigualdades sociais em que os jovens figuram como alvos fáceis dentro de uma política de matabilidade que os rotulam como inimigos da sociedade:

Aquele bandido, ele tem uma família, ele tem uma mãe que ama, ele tem uma vida familiar. Como eles chama “bandido bom é bandido morto”, nera pra ter mais nenhum político vivo, nenhum governante era pra tá vivo. Olhe que... em que situação tá o nosso país!? Num é uns menino desse, que é uns adolescente, viu, porque a corda só quebra do lado fraco, sabe? Eu duvido que lá da Aldeota, um fi de papaizim, de barãozim, ele cometa um delito, e a polícia pegue ele e vá expor ele ao ridículo, vai não! Vai colocar na parede, vagabundo, filho de chocadeira, bandido safado, tu devia tá era morto, pobre, humilde, da periferia, esse aí é exposto ao ridículo (Participante 2).

As mulheres explicitaram diversas vezes os modos como percebiam os atravessamentos entre as mortes juvenis e os estigmas relacionados às questões de classe e de raça. Viver em zonas periféricas é também carregar os estigmas lançados sobre esses lugares. Para elas, essas mortes, assim como as negações de direitos dos seus filhos ao longo de suas vidas, deram-se em decorrência dessas questões. Podemos refleti-las a partir das contribuições de Mbembe que, partindo das noções de biopolítica e de racismo de Estado foucaultianas, examina o modo como se dá a centralização da morte como operador político, caracterizando a atuação de um necropoder, em que a raça aparece como critério fundamental de fragmentação entre grupos ‘vivíveis’ e ‘matáveis’. Partindo das discussões de biopolítica de Foucault e contribuindo com as discussões de racismo, Mbembe (2017) chama atenção para a questão da colonialidade, traços que se refletem nas realidades vividas pelos jovens assassinados e suas mães.

Embora Foucault (2016) já elucide a inserção e gerência da morte no Estado Moderno através da noção de racismo de Estado, pela qual o Outro passa a atuar como um inimigo que precisa ser eliminado para garantir a sobrevivência de uma espécie, as contribuições de Mbembe se fazem relevantes à medida que produzem um deslocamento no olhar sobre essas questões ao nos convocar a pensar a colonialidade como a maior expressão da exploração e negação do Outro. A noção de necropolítica possibilita uma leitura não apenas da inserção da morte e legitimação desta nos cálculos do poder, mas de como a produção da morte opera de modo radicalizado e racializado nas periferias do capitalismo, vitimando, sobretudo, corpos afroameríndio-descendentes, movimentando

uma forte economia da violência como motor do fortalecimento do capital, a despeito das retóricas pacifistas da democracia liberal, que, para Mbembe (2017), sempre se constituiu mantendo um viés imperialista e colonialista. Em comparação com a discussão já iniciada por Foucault acerca do racismo, é importante frisar como Mbembe trata diferencialmente essa questão. Em Foucault, o racismo é colocado de modo mais amplo, já em Mbembe esse debate considera os processos de racialização nos contextos coloniais como pontos centrais para a atuação da segregação racista.

O conceito de biopoder, de acordo com a leitura pós-colonial de Mbembe, apesar de importante, passa a ser insuficiente para analisar o contexto característico de países da periferia do capitalismo na atualidade. Apontando a insuficiência, e não a impertinência, da noção de biopolítica, Mbembe desenvolve o conceito de necropolítica, em que a morte se radicaliza de tal modo que passa a ser produzida em série, ocupando lugar central na economia política e nos modos de sociabilidade. O autor toma o sistema colonial e de plantation como analisador da exacerbação da morte baseada em um critério racial, e analisa como isso se atualiza de forma a permanecer prevalecendo no colonialismo tardio. Mbembe (2017), em sua obra intitulada Políticas da Inimizade, demonstra que “a ocupação do colonialismo tardio diferencia-se dos vários métodos da ocupação pré-moderna, especialmente ao combinar disciplina, biopolítica e necropolítica” (MBEMBE, 2017: 132).

As mães nos falam de que modo opera em seus cotidianos a radicalização da morte. A morte se torna tão presente na vida dessas mulheres, a ponto de que, ao saírem de suas casas, deparam-se com corpos no chão, como narrou a participante 1 em uma das conversas no cotidiano. Segundo ela, houve um tiroteio no seu bairro e, ao chegar em casa, havia um corpo em sua calçada. A impressão de que a intensificação das mortes leva à banalização destas é um dos aspectos compartilhados pelas mães de jovens de diferentes territórios. Essas cenas cotidianas nos dão pistas para pensar os modos de funcionamento do necropoder que se caracteriza pela radicalização do poder de morte nas margens urbanas, às quais consistem em espécies de “colônias contemporâneas”, espaços marcados pelo abandono do poder público em que, conforme explicitaremos, as diversas violências se tornam possíveis. Ocorre, outrossim, uma totalização da morte, a exemplo daquilo que ocorria no sistema colonial:

Às vezes você conversa com uma pessoa, como ali perto da minha casa já morreu várias pessoas cê tá almoçando e aí, “mataram fulano”, cê vem trabalhar, quando você entra: “mataram fulano”, você vai dormir: “mataram fulano”. É uma bola de neve, né?  
(Participante 3).

A condição necrobiopolítica de não-sujeitos, corpos abjetificados e vidas invivíveis (BENTO, 2018) sustenta a lógica de que estes não podem acessar direitos e para quem a morte torna-se um desfecho quase que inevitável. Essa condição de não-sujeitos, sob a ótica de Butler (2015), é comum

a corpos que partilham a maximização da condição de precariedade, caracterizada pelas negações de condições mínimas de uma vida vivível. Considerando também essa negativa de estatuto político a certos corpos, Mbembe (2017) propõe uma leitura que difere do discurso filosófico da modernidade segundo o qual a razão é colocada como verdade do sujeito; a política como modo de se exercer a razão na esfera pública e a liberdade como um princípio fundamental para desenvolvimento da autonomia dos povos.

Mbembe (2014; 2017) defende o posicionamento de que a contemporaneidade é marcada pela inversão da democracia, em que se assiste à subjugação dos povos a uma lógica de dominação que se baseia na imbricação entre capital, tecnologia digital, natureza e guerra. Nesse contexto, a força da democracia se sustentaria na ocultação de seu caráter violento nas metrópoles (atualizadas nas zonas “nobres” das cidades) e opressor destinado a determinadas populações, cujos sofrimentos são silenciados, invisibilizados e vividos nas colônias (atualizada nas favelas e periferias). Nesse sentido, podemos pensar articulações com Butler em suas críticas à democracia liberal. A autora aponta para a relação entre o neoliberalismo e a precarização maximizada de determinadas vidas. Essas condições se relacionam ao devir-negro no mundo, apontado por Mbembe (2014), em sua Crítica da Razão Negra, segundo o qual ocorre a extensão das condições negras de existência, marcadas pela subalternização de seus corpos, a outros modos de vida, transcendendo a cor da pele ou fenótipo. Compõem-se, portanto, de corpos dispensáveis ao capital, uma vez que estão à margem.

Atenta-se, então, por meio dos relatos das mães sobre os homicídios juvenis, para a inexistência de uma pacificação nos Estados democráticos, pois a mesma democracia que apregoa autonomia, liberdade e participação política de certos povos também permite a expressão de violências e brutalidades a outras populações. Seguindo a lógica de segregação do racismo de Estado, essas democracias seriam cindidas em grupos caracterizados por Mbembe (2017) como “semelhantes” e “não-semelhantes”, em que os não-semelhantes seriam objetos de expurgo. Como exercício dessa reflexão, o autor camaronês nos convoca a pensar as realidades das colônias e o regime de escravidão, colocando-os como os dois principais pilares da expansão do capitalismo. Sob tal prisma, a colonização foi o modo pelo qual se deu a inserção dos países do sul na modernidade e funcionava como meio de expulsão daqueles considerados indesejáveis ao país colonizador. Nesse contexto, os escravos eram destituídos de seus lares, de seus corpos e de seus direitos políticos, reduzidos à condição de “coisa” a ser possuída e mercantilizada pelo colonizador.

Diversas juventudes que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos se assemelham aos maus objetos descritos pelo autor. Esses jovens correspondem a uma atualização contemporânea da figura

dos escravos, assim como as periferias equiparam-se às colônias descritas em seus textos. São sujeitos *“sem lar, sem corpo, sem estatuto político.”* (MBEMBE, 2017: 122).

Em nosso estudo, a maioria dos filhos assassinados eram negros. Com a noção de necropolítica, portanto, Mbembe (2011) faz uma análise colonial do racismo, trazendo o regime escravocrata como uma primeira expressão da biopolítica. Utiliza-se do pensamento de Hannah Arendt ao reafirmar a ligação entre a política de raça e a de morte, uma vez que para ele *“mais do que a ideia de classe (...) A raça sempre foi uma sombra presente na prática e no pensamento político ocidental”* (: 116). Esse autor vai além quando afirma que a percepção do outro como uma ameaça à existência ou sobrevivência de uma espécie pode ter se tornado mais visível com o Estado nazista, muito embora já seja característico do Estado pré-moderno, sendo o contexto colonial uma evidência disso. O extermínio nazista teve como base o imperialismo colonial, no que concerne à legitimação da eliminação de determinados grupos populacionais, e o desenvolvimento de técnicas mortíferas, que levou à mecanização dos meios de execução, fazendo com que a morte se tornasse um procedimento técnico e impessoal. Com isso, passou-se a matar mais em menor tempo, uma espécie de produção de morte em série e em massa.

Pelos dados expostos na introdução, vê-se que essas mortes se dão de modo localizado, intensificando-se nas periferias dos centros urbanos e, ao obedecerem a um recorte racial, podem ser analisadas como parte de um genocídio, entendido aqui como a utilização de medidas planejadas e contínuas que visem o extermínio de determinado grupo populacional. O genocídio abarca não apenas o assassinato direto dos corpos juvenis, mas também todas as tentativas de solapar e negar a existência dessas juventudes. Para Nascimento (2017) *“da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso”* (: 19), que encontra no extermínio da juventude negra, sua expressão máxima. A intensificação das mortes de negros é um dos principais sinais da atualização do genocídio em um cenário necropolítico.

Pra ser bandido, basta morar na periferia, entende? Em favela, tem jovens honestos! Mais você num vê um Mauricinho na Aldeota, você num vê um filho de papaizinho caído na calçada porque mataram porque tava fazendo isso e aquilo. Se ele fizer, e alguém fizer, e acontecer de fazer com ele, aí ele vai ter a justificativa dele, um cidadão! Um jovem! Universitário! (...) se ele for da zona da periferia aqui, ele pode ter feito faculdade, ele pode ser universitário, mais ele vai ser um bandido, hum, né? Ele vai ser taxado como bandido, porque ele é da periferia. (Participante 2).

Ao narrar a morte de seu filho, a participante 2 nos dá elementos para entendermos como Necropolítica e Biopolítica se articulam nos cotidianos das juventudes periféricas. Ao propor o termo necrobiopoder, Bento (2018), tomando como base o contexto das periferias brasileiras e as

articulações entre Foucault, Mbembe e Butler, argumenta que necropolítica e biopolítica se conectam na produção e gestão de vidas matáveis e vivíveis. Para essa autora, o necrobiopoder não tem apenas um campo de incidência e um agente de operação, em que o fazer morrer atua por meio de *“técnicas planejadas e reiteradas”* (: 4). O necrobiopoder atua senão por meio de múltiplos agentes e em múltiplos campos, como o da produção de subjetividades. A fala da participante 2 também é um analisador das formas como essas forças dos diferentes campos e formas de incidência se entrelaçam criando diferentes zonas de morte (favelas, presídios, unidades de internação dos adolescentes), ou seja, espaços em que matar e morrer se torna legítimo, haja vista que as vidas que as ocupam são tidas como vidas não passíveis de luto. As diferentes zonas conferem legitimidade ou não para as mortes. Algo que também surge na narrativa da participante 1, em uma das mesas acompanhadas em campo, quando esta questiona o porquê do seu filho ter sido assassinado próximo à casa e não em uma das suas várias idas à Beira-mar (zona “nobre” da cidade). Podemos pensar uma relação entre os espaços das margens urbanas e as colônias, que se destacavam por serem os locais “sem lei” em que todos os tipos de crueldade, como maus tratos, humilhações, punições, execuções, tornavam-se possíveis e legítimas. Estes, são locais em que *“a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei e onde a paz mais parece adquirir a face de uma guerra sem fim”* (MBEMBE, 2017: 126). São regiões que se estabelecem a partir da demarcação de fronteiras (MBEMBE, 2014), as quais demonstram a desigualdade do poder sobre a vida, característica do necropoder. Essas fronteiras urbanas são impostas às juventudes periféricas e resultam no cerceamento de suas liberdades de locomoção pela cidade.

Agier (2015), pensando a construção dos guetos, aponta que, historicamente, estes foram formados a partir do impedimento de que certos grupos populacionais ocupassem determinados espaços. É essa exclusão baseada na manutenção de determinados sujeitos à margem que leva à organização dos guetos. Pensando o contexto do nosso estudo, podemos afirmar que a dinâmica da violência nas periferias produz prisioneiros a céu aberto, ou, utilizando-nos das palavras de Boyer (2015), *“presos do lado de fora”*, pessoas cujos acessos espacial, político e institucional são restritos, uma vez que estes não se estendem às margens e guetos que ocupam, algo que recai às periferias e às pessoas que nelas habitam por rótulos que as relacionam à periculosidade. A participante 4 afirma de que modo isso se fez presente em seu cotidiano. Ela desconhece os motivos que levaram o seu filho à morte, haja vista que o filho assassinado não foi aquele que estava “envolvido” com facções, atribuindo à morte a violência cotidiana que se expressa em seu cotidiano e que impunha limites de trânsito ao seu filho, aos quais ele não obedecia:

Por essa violência, que até hoje eu não tenho explicação, assim, não tenho motivo, e a gente vê que a única explicação que eu tenho é justamente por essa guerra, que hoje o adolescente

não pode mais andar nos bairros, ter cuidado com o que fala, e quando foi agora no dia 25 de março, que é o [nome do filho], ele ia pra uma praia, que ele gostava muito de praia, ele tinha o costume, o hábito de ir todo dia à praia. (...) (Participante 4).

Para Mbembe, ocorre uma associação entre a guerra sem fim e as colônias contemporâneas, já que que essa guerra se dá principalmente em determinados territórios, obedecendo a limites impostos pelas fronteiras estabelecidas entre as zonas “nobres” e periféricas. No contexto de Fortaleza, com o fim do acordo de “pacificação” entre as facções, os limites territoriais tornaram-se mais expressivos, conforme apontado por Barros et al. (2018). Vale-se destacar que os limites territoriais não se dão apenas pelas condições impostas pelas facções, mas também se expressam pelas diferenças colocadas socialmente entre as ditas zonas “nobres” e periféricas. *“Essas limitações de trânsito implicam em um menor acesso às políticas públicas e uma restrição das possibilidades de vivência da cidade, corroborando para segregação social dessas juventudes”* (BARROS et al, 2018: 120). O estabelecimento de fronteiras atua, portanto, como mais uma expressão da ideia de segregação racista apresentada por Mbembe.

#### 4. Considerações Finais

O presente trabalho se propôs a discutir, a partir das narrativas de mães de jovens assassinados, o conjunto de forças que operam na produção de determinadas vidas como matáveis. Para tanto, utilizou-se da análise cartográfica de processualidades acompanhadas em campo e de entrevistas realizadas com mães. As discussões versaram principalmente sobre um eixo analisador, a partir do qual, se pode refletir acerca do cenário de intensificação de mortes juvenis, característico de um cenário necropolítico. Como se pode perceber, as mortes assolam principalmente determinados grupos sociais, a partir de critérios raciais e de classe, em que as juventudes negras da periferia figuram como as principais vítimas de uma lógica punitiva e segregacionista característica da sociedade capitalística. Produz-se, assim, determinadas zonas fronteiriças de morte, em que determinados grupos são forjados como destinados à morte, tendo violado seu estatuto político. A morte surge não como um evento isolado, mas como culminância de um processo de precarização da vida encarnado em trajetórias juvenis marcadas por diferentes negações e estigmatizações. Opera-se, assim, diferentes formas de “fazer morrer” dessas ditas “vidas desimportantes”, de modo que os processos de legitimação atuam fortemente na invisibilização dessas mortes e do sofrimento daqueles que choram suas perdas.

#### 5. Referências

AGIER, M. **Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários**. In: BIRMAN, P. et al (Orgs). **Dispositivos Urbanos e a Trama dos Videntes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 33-54.

- ALMEIDA, S.L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ARENDR, Hannah. **Da violência**. Trad. Maria Claudia Drummond. Data Publicação Original: 1969/1970. Data da Digitalização: 2004. Disponível em: <http://pavio.net/download/textos/ARENDR,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 27/11/2017.
- BARROS, J. P. P., Benício, L. F. S. (2017). **“Eles nascem para morrer”**: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, 8(2).
- BARROS, J. .P. P.; PAIVA, L. F. S.; RODRIGUES, J. S.; SILVA, D. B.; LEONARDO, C.S. “Pacificação” nas periferias: Discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v.9 n1, p. 117-128. 2018.
- BENTO, B. **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?** Cadernos pagu (53), 2018.
- BOYER, V. **Regimes de diferenciação, registros de identificação: identidades, territórios, direitos e exclusão social**. IN.: BIRMAN, P. et al. *Dispositivos Urbanos e a Trama dos Viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CERQUEIRA, D. R. C., Lima, R. S. D., Bueno, Valencia, L. I. S., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., Lima, A. S. (2019). **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- HILÁRIO. L. C. **Da Biopolítica à Necropolítica: Variações Foucaultianas na Periferia do Capitalismo**. *Sapere aude*. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, Jan./Jun. 2016.
- KASTRUP, V. **O método da cartografia e os quatro níveis de pesquisa-intervenção**. In.: CASTRO, L. R.; BESSET, V.L. (Orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e Juventude*. Rio de Janeiro: Nau editora, 2008, p. 465 - 489.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- MENEZES, J.A.; COLAÇO, V.F.R.; ADRIÃO, K.G. **Implicações Políticas na Pesquisa-Intervenção Com Jovens**. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v.9 n1, p. 8-17. 2018.
- MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. [S. l.]: Melusina, 2011. Traducción de: Elisabeth Falomir Archambault.
- MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Tradução de Marta Lança. 1ªed. Lisboa, Portugal: Antígona, 2017.
- SCISLESKI, A.; Checa, M.; Bruno, B.; Galeano, G.; Santos, S.; Vitta, A. **A lei em conflito com os jovens: problematizando políticas públicas**. *Rev. Polis e Psique*; 7(2): 4 - 27, 2017.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org) **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V. & TEDESCO, S. (Org.) (2016). **Pistas do método da cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum 2**. Porto Alegre: Sulina.
- WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência: mortes por arma de fogo**. Brasília: Juventude Viva, 2016.